

A IMPRENSA PERIÓDICA E A EDUCAÇÃO PARA A VIDA MODERNA EM MONTES CLAROS/MG: 1889-1926

*Luciano Pereira da Silva**
*Brenya Paula Miranda Santos***

Resumo: As primeiras décadas da República configuram-se como um período assinalado pelo desejo de modernização da sociedade. Para isso, diversas estratégias educacionais, formais ou não, foram adotadas. Entre tais estratégias, este estudo destaca a imprensa periódica da mais importante cidade do norte de Minas Gerais, Montes Claros. A partir da análise de quatro periódicos do município, foi possível problematizar o papel da imprensa na educação da população e analisar as peculiaridades da imprensa montesclareense.

Palavras-chaves: modernidade, imprensa, Montes Claros.

The periodical press and the education for the modern life in the city of Montes Claros, State of Minas Gerais (MG), Brazil (1889-1926)

Abstract: The first decades of the Brazilian Republic were marked by a desire to modernize society. In order to achieve this goal, various formal and informal educational strategies were adopted. The present study highlights the periodical press from the city of Montes Claros (considered the most important city in the north of the State of Minas Gerais, Brazil) as one of the strategies used for the purpose of modernization. Based on the analysis of four of the journals from this particular city, the role of the media in population education is discussed, and the peculiarities of the press analyzed.

Keywords: modernity, media, Montes Claros.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, docente do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros.

** Acadêmica do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-UNIMONTES/FAPEMIG

Introdução

Na transição do século XIX para o século XX, diversas transformações sociais impactam a vida nas cidades. Mesmo em um local distante dos grandes centros urbanos da época, como Montes Claros, os ventos da modernidade anunciam que a sociedade está em mutação e que os preceitos da vida moderna deveriam ser adotados por todos. Para isso, era urgente educar a população. Se a educação via escola ainda era pouco disseminada, havia outros mecanismos para afinar os hábitos ao que era visto como moderno e adequado.

Este trabalho tem como objeto de estudo o ideal de modernidade da elite dominante da mais importante cidade do norte de Minas Gerais, Montes Claros, entre os anos de 1889-1926¹. Adota como pressuposto central a existência de discursos de modernidade na cidade que foram propagados de diversas formas e, assumindo um caráter educativo, influenciaram as transformações locais; estes discursos, oriundos sobretudo das elites, foram partilhados, mesmo que com resistências, por parcela da população. Dentre as estratégias para educar a população, este trabalho foca a imprensa periódica impressa e discute o seu papel na disseminação dos princípios de uma vida moderna.

Os jornais impressos do período permitem investigar as concepções de modernidade da elite montesclarensense visto que integram os instrumentos adotados por esse grupo para difundir ideais e formar hábitos. Segundo Pallares-Burke (1998, p. 145), “dentre as chamadas ‘obras menores’, o jornalismo, juntamente com o romance é, a partir do século XVIII, uma das mais importantes fontes para a história da educação”.

O início da história da imprensa no Brasil relaciona-se com a vinda da família Real para a então colônia e a permissão de sua instalação através de Carta Régia de D. João VI. Por iniciativa da Coroa portuguesa, teve princípio ainda em 1808 a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro que, apesar de ser órgão oficial do governo português, abriu fronteiras para outras publicações, alinhadas ou não aos interesses do Império português. Nesse processo, “é interessante sublinhar uma especificidade nem sempre destacada: o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do estado nacional” (MOREL; BARROS, 2003, p. 7).

¹ O recorte temporal justifica-se por dois marcos importantes, um nacional e outro local. A Proclamação da República em 1889 incrementa o discurso no Brasil da necessidade de modernização. Já a chegada da ferrovia a Montes Claros em 1926 marca o início de intensas transformações no município.

Todos os processos apontados anteriormente contribuem para a transformação do espaço público e a formação do que é denominado como *opinião pública*. A circulação de jornais, apesar de todos os limites existentes para a época, como a falta de estrutura das tipografias e o reduzido número de cidadãos alfabetizados, coopera para que haja o debate público de questões que antes se restringiam ao julgamento privado. Morel e Barros (2003) afirmam que, apesar do Brasil já receber publicações vindas da Europa pelo menos desde o século XVIII, o que se lia era prioritariamente alinhado aos preceitos Absolutistas. Para os autores, foi na criação de um espaço público de críticas com opiniões políticas destacadas do governo que se instaurou a opinião pública.

O reconhecimento da imprensa periódica como um instrumento que ajudou a formar e atuou em espaço público não significa entender que diversos grupos atuavam da mesma forma nesse espaço. Desde o início do século XIX percebe-se no Brasil o estabelecimento de diferentes relações entre os grupos sociais e a imprensa. De uma forma idealizada, se as camadas privilegiadas da população percebiam a imprensa como um meio de fruição de obras literárias ou de propaganda política, por exemplo, os contingentes desfavorecidos da população recebiam dela instrução para adequarem-se ao que se esperava de um cidadão. Porém, na prática, o desenrolar da “missão” da imprensa não seguia com rigidez um planejamento prévio e os diferentes grupos sociais poderiam, em alguns aspectos, apropriarem-se da imprensa de forma similar.

De acordo com Periotto (2004, p. 62), apesar da imprensa brasileira do início do século XIX, direcionar sua produção sobretudo para a ação político-partidária, ela também tinha outras funções. “Espalhar luzes, vulgarizar a instrução, disseminar ideias úteis, etc, compuseram o rosário de intenções que vicejavam ao redor das prensas finalmente libertas do jugo da Metrópole”.

As fontes históricas acessadas nesta investigação estão disponíveis na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional - DPDOR da Universidade Estadual de Montes Claros. Para o período em estudo foram encontrados quatro títulos: Jornal Correio do Norte, Jornal A Verdade, Jornal Montes Claros e Jornal Gazeta do Norte. Além destes, são utilizadas como fonte de apoio obras de memorialistas da região. A partir dos dados levantados nas fontes, é possível problematizar o papel da imprensa periódica na sociedade montesclareense do início da República.

O papel da imprensa periódica na sociedade

Ao adotar a imprensa periódica de Montes Claros como fonte de pesquisa lida-se com a hipótese de que os jornais locais foram instrumentos privilegiados para educar a população para a nova realidade social e refletiram com riqueza de

detalhes as nuances do processo de modernização do período. Para tratar da dinâmica assumida pela imprensa no local em estudo, além da análise do que era publicado nos jornais, problematiza-se os atores que estiveram em sua direção, bacharéis que propagavam as ideias de uma vida moderna, mas ao mesmo tempo perpetuavam os interesses sociais de uma elite conservadora.

O caráter educativo da imprensa possuiu diversas facetas. Através dos periódicos foram propagados preceitos higienistas, realizaram-se campanhas educativas para fins específicos (por exemplo, a importância dos pais matricularem seus filhos em instituições de ensino) e procurou-se difundir um estilo de vida próprio daquele que deseja ser civilizado. Para Pallares-Burke (1998, p. 147), assim como na Europa, o jornalismo latino-americano do final do século XIX e início do XX assumiu seu veio mais cultural do que noticioso, com o fim de aprimorar a sociedade e educar o público. Para a autora, “recém-emancipada da ordem política absolutista, a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas”.

Se na Europa era necessária a ação da imprensa para irradiar os preceitos do Iluminismo e formatar o homem moderno, a partir do início do século XIX tal missão foi imbuída de maior urgência em territórios como o Brasil, visto como mais carente de instrução e de cultura. Sobre a atitude educativa da imprensa, informa Periotto (2004, p. 63):

A propagação dos *conhecimentos úteis* naquele começo de século tornara-se questão cara aos defensores do progresso. Na tradição do movimento das luzes que irradiara pela Europa, os brasileiros que lutavam pela inclusão do país na “*rota da civilização*” viam na imprensa o caminho mais fecundo para a instrução do povo sobre os benefícios resultantes do desenvolvimento da ciência e daquelas matérias que viessem enriquecer o espírito dos homens. Era, na verdade, a luta contra a ignorância que comprometia qualquer tentativa de elevar as condições de vida dos brasileiros nos moldes em que se realizavam na Europa.

A construção de uma nova sociedade requeria a desvinculação com estigmas do passado, costumes que poderiam ser superados pela educação da população. Os novos valores que ganharam força na sociedade, imperativos da modernidade, só poderiam ser assimilados, segundo Vieira (2007), com instrumentos pedagógicos eficientes. “Nesse quadro, os impressos de forma geral e os jornais de maneira particular representaram meios privilegiados para a ação do sacerdócio modernizador” (VIEIRA, 2007, p. 19).

Notadamente, procura-se estabelecer os limites da ação da imprensa através da inequívoca constatação da existência de um público letrado restrito no Brasil durante

todo o século XIX e parte do século XX. Entretanto, se tal fato limitou a ação da imprensa foi no sentido de que ela poderia ter sido ainda mais influente do que foi se atuasse em uma sociedade em que a escolarização fosse disseminada a todos os setores sociais, pois a relação de um periódico com a população não se restringe à sua leitura.

Segundo Morel e Barros (2003, p. 103), a noção de que a imprensa era elitista pode ser relativizada na medida em que não parece possível compreendê-la isolada da sociedade. Ela “influenciava e era influenciada por vozes, falas e gestos não-escritos, em via de mão dupla, numa complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o meio impresso”.

Mesmo que os proprietários e redatores dos periódicos pertencessem a um seletivo grupo social, o que eles produziam não ficava circunscrito a uma elite letrada. Isso porque o próprio caráter educativo da imprensa deveria propiciar que ela ultrapassasse as fronteiras que separavam as elites da população em geral, vista como o grupo que mais necessitava de orientação. Além disso, no limite, pode-se afirmar que a imprensa relacionava-se com a população externa ao círculo de pessoas alfabetizadas na medida em que essas próprias pessoas (proprietários e redatores dos periódicos, por exemplo) estavam em contato diário com a população.

A relação que a população em geral estabelecia com a imprensa perpassava pela inserção dos indivíduos, alfabetizados ou analfabetos, na cultura escrita. O mundo das letras, os livros e especialmente os jornais, era uma realidade no início do século XX e transformava a sociedade brasileira. Entretanto, ao invés de falar da existência de uma “cultura escrita”, para Galvão (2007), por tratar de algo não homogêneo, é mais adequado falar de “culturas do escrito”, conceito que, além da aquisição da habilidade de ler e escrever, deve ser estendido a todo evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita. Assim, relaciona-se com um jornal aquele que, mesmo sem saber ler, discute sobre uma notícia que lhe contaram ter sido publicada.

Nesse processo, é notória a não passividade dos sujeitos nas “culturas do escrito”, ou seja, mesmo que o que está escrito busque direcionar o receptor (leitor ou ouvinte) para determinadas direções, as mediações que ocorrem entre o sujeito e o escrito são diversas. Devido a isso, para Galvão (2007, p. 39), “o uso de verbos tais como ‘apropriar-se da’, ‘relacionar-se com’ em lugar de ‘inserir-se na’, ‘entrar na’ ou ‘ter acesso à(s)’ cultura(s) escrita(s) está relacionado com a tentativa de explicitar o papel ativo dos sujeitos e dos grupos sociais nesse processo”.

Em Montes Claros, diversos hábitos da população relatados por memorialistas evidenciam a participação das pessoas nas “culturas do escrito”. Mesmo que a

prática da leitura individual ocorresse de forma limitada as situações de socialização permitiam a participação em práticas culturais que estavam relacionados ao que era escrito. Graça e Vianna destacam, por exemplo, pontos de encontro tradicionais do montesclarenses no início do século XX:

Enquanto isso, as famílias visitavam suas comadres e, assentadas comodamente em cadeiras de palhinha, habilmente colocadas em círculo, na porta da rua, entre as pedras da calçada [...]. Enquanto as senhoras se distraíam por este lado, os senhores também procuravam fazer o mesmo, reunindo-se, todas as noites, em vários pontos da cidade [...]. A farmácia de “seu” Mário Veloso era um destes frequentados pontos [...]. Mais adiante, na praça Doutor Carlos, esquina com a “rua dos Marimbondos”, [...] ficava o “Bar Aliança”, de “seu” Helvécio [...]. Comentavam política, pontos positivos e negativos do governo, da política local, perseguições partidárias e dos “coronéis”, intrigas da oposição, e também a parte social da nossa cidade era lembrada: casamentos desajustados, namoricos indiscretos (GRAÇA, 2007, p. 96-98).

1920... Lá se vai quase meio século! Amáveis reuniões de porta de rua, com cadeiras na calçada, havia, então, no Montes Claros do meu tempo. As *rodas* começavam a formar-se ao turvar do dia, e os seus frequentadores iam aparecendo de um em um. Após os cumprimentos de praxe, o recém-chegado puxava, êle próprio, uma cadeira e assentava-se, sem cerimônia, com a satisfação e a certeza de ser sempre bem recebido. A conversa prolongava-se noite adentro. Falava-se de tudo e de nada, apenas conversas simples e vadias para *empurrarem* o tempo, difícil de correr. As senhoras comentavam, umas com as outras, passagens comoventes dos “folhetins” publicados nos rodapés dos jornais, O Conde de Monte Cristo, A Toutinegra do Moinho, A Filha do Diretor do Circo, Os Miseráveis, Elzira – A Morta Virgem..., sendo também repisadas as notícias do dia [...] (VIANNA, N., 2007, p. 19).

Além do encontro costumeiro no ambiente doméstico, os estabelecimentos comerciais (como as farmácias e vendas) eram palco de reuniões. Dessa forma, o que era publicado nos periódicos locais, as notícias obtidas de outras localidades, e informações sobre leituras realizadas por indivíduos alfabetizados poderiam ser difundidas e apropriadas por diversas pessoas. Tal costume também estava presente na casa comercial da família “dos Anjos”, conforme relato do memorialista:

Ao anoitecer, acabado o brinquedo no Largo ou volvida a família da Chácara, uma alternativa se me oferecia: intrometer-me no jogo de prendas da sala de visitas, onde as irmãs se reuniam com as amigas, ou ficar a ouvir a conversa da gente grande, no círculo da Loja [...]. A roda formava-se junto às portas que abriam para o Largo de Cima, em face do Mercado Municipal, situado na outra extremidade. Como a linha de cadeiras se dispusesse em forma de ferradura, podia o número de frequentadores crescer à vontade, sem que se distanciassem uma da outra as pontas do arco, tacitamente reservadas aos pró-homens de Santana e ao dono da casa. Assim, os principais interlocutores se defrontavam, consoante preceituava a hierarquia e conincha à conversação (ANJOS, 2007, p. 5).

Os trechos transcritos anteriormente explicitam hábitos da população que estendiam a influência dos jornais a um público muito maior do que o grupo alfabetizado que lia as folhas periódicas que circulavam em Montes Claros na época estudada. Mesmo a população pobre que, a princípio, não integrava as rodas de conversa da elite local, certamente também era atingida, por exemplo, pela presença de empregados das casas comerciais e das residências que ouviam as conversas e por outras práticas sociais menos hierarquizadas, como a frequência a cultos religiosos.

As palavras escritas e depois as impressas foram difundidas para muitos semialfabetizados e analfabetos através de processos orais; a informação, as notícias, a literatura e a religião difundiram-se muito mais amplamente do que qualquer meio puramente alfabético poderia ter permitido (GRAFF, 1990, p.43).

No contexto social de inserção da população nas “culturas do escrito”, os jornais publicados nas primeiras décadas do período republicano tornam-se importantes instrumentos de educação da população, que se relaciona com a imprensa periódica de forma variada. Para Pallares-Burke (1998), o próprio fato da sobrevivência de um jornal por muito tempo, revela sua cumplicidade com o público, provavelmente maior do que uma reduzida minoria letrada, sobretudo em uma época em que os periódicos eram efêmeros.

Os jornais de Montes Claros do início da República

Para a cidade de Montes Claros, dos 28 periódicos que circularam entre os anos de 1889 e 1926, conforme informações de memorialistas, metade não chegou ao número dez e somente um quarto chegou ao número cinqüenta. Entretanto, publicações locais como o jornal Correio do Norte que durou cerca de sete anos (343 números) ou como o jornal A Verdade que durou cerca de dez anos (430 números) revelam que a influência desses veículos ultrapassava um grupo pequeno de leitores.

As chamadas *elites culturais*, isto é, as letradas e com acesso aos instrumentos da divulgação da imprensa, se relacionavam com diferentes setores da população, socialmente abaixo ou acima delas. Aceitar que havia um fosso irrecuperável e intransponível entre tais elites intelectuais e o restante da sociedade é, de algum modo, reproduzir criticamente a própria condição que aquelas a si mesmas atribuíam, de qualitativamente superiores e apartadas da “massa inculta” ou da “aristocracia ignorante”, numa forma de distinção típica dos herdeiros da Ilustração. Distinções havia, decerto, mas isso não elimina as interações sociais que se estabeleciam, formalmente ou não (MOREL; BARROS, 2003, p. 104).

A percepção de que os periódicos também representavam um espaço de conflito entre classes sociais diversas não impede que eles sejam vistos como propagadores

de ideais modernizadores, mas determina o entendimento deste fato como um processo que se deu em várias direções, a partir do contato e da ressignificação de diferentes práticas culturais. Como o processo de modernização nas áreas distantes da Europa central assumiu múltiplas facetas e foi marcado também pela manutenção e valorização de práticas tradicionais (ou costumeiras), características defendidas por Marshall Berman (1986) e José Murilo de Carvalho (1998), os jornais publicados no período estudado expressam tanto o desejo como a resistência ao que era considerado *a priori* um “modo de vida moderno”.

A manutenção de muitas características típicas da zona rural mesmo passado muitas décadas da fundação da cidade de Montes Claros e seu distanciamento geográfico de grandes cidades são peculiaridades da região norte de Minas Gerais. Essas características podem significar que o desenvolvimento e a civilidade desejados por parte da elite para esta região nas primeiras décadas do período republicano diferem-se em muito do que acontecia em outros centros tidos como mais importantes.

Montes Claros distancia-se 237 quilômetros de Diamantina, 421 quilômetros de Belo Horizonte e 506 quilômetros de Ouro Preto, cidades que se destacavam em Minas Gerais do início da República nos aspectos comerciais e políticos. Tais distâncias são consideráveis, principalmente em uma época em que o transporte ocorria, sobretudo, no lombo de animais. Entretanto, é preciso lembrar que os ideais dos grandes centros chegavam à região de diversos modos, inclusive através da circulação de pessoas oriundas ou que viveram parte de suas vidas em grandes centros urbanos.

Assim, o relativo isolamento geográfico da região não era seguido de um isolamento cultural e muitos hábitos tidos como “modernos” estavam presentes na cidade na transição do século XIX para o XX. Para Brito (2006, p.106), “a elite da cidade vivia atenta a todas as notícias vindas da capital do Brasil, ou melhor, a imagem da ‘Belle Èpoque’ que a cidade do Rio de Janeiro vendia para todos os cantos do país”.

Lessa (1993, p.172) defende que já nas últimas décadas do século XIX diversos elementos representavam o progresso da cidade. Para a autora, a moderna fábrica de tecidos Cedro Madureira, o jornal A Gazeta do Norte e o cinema, entre outros, são exemplos presentes em Montes Claros de “artefatos da modernidade cosmopolita emergente no mundo”.

O QUADRO a seguir aponta os periódicos que circularam na cidade entre os anos de 1889 e 1926. Totalizando o número de 28 títulos, eles revelam a ampla circulação de idéias no município.

QUADRO 1
 Jornais e revistas publicados em Montes Claros entre 1890 e 1926

Período/números publicados	Título	Características
1884 a 1891/343 números	Correio do Norte	Primeiro jornal da cidade, publicado pelo Partido Conservador (Semanário).
1884/4 números	A Lyra	Impresso nas oficinas do Correio do Norte (Quinzenário)
1893 a 1894/47 números	Montes Claros	Jornal "noticioso e literário" em sua primeira fase (Semanal).
1894 a 1899/234 números	Montes Claros	Em sua segunda fase, a folha passou a ser órgão do Governo Municipal, após a criação da Imprensa Oficial do município.
1893	O Estudante	De gênero humorístico, era órgão do "Clube Progressivo", associação de rapazes da Escola Normal de Montes Claros. Impresso na tipografia do jornal Montes Claros.
1894 a 1896/26 números	O Operário	Órgão da União Operária de Montes Claros, impresso em oficinas próprias (Quinzenário)
1898 a 1899/66 números	O Agricultor	Impresso nas oficinas do "O Operário", abordava sobretudo os interesses da lavoura.
1899 a 1901	A Lucta	Afirmava combater atos de iniquidades e de injustiças, decorrentes do partidarismo político. Impresso na tipografia do jornal Montes Claros (Quinzenário).
1904/1 número	Dom Joaquim	Publicado pelos premonstatenses para relatar os festejos em homenagem a Dom Joaquim Silvério dos Santos e a relação das obras pias.
1905 a 1908/98 números	A Opinião do Norte	Fundado para sustentar idéias do Partido republicano (Semanal).
1906 a 1908/38 números	O Bohemio	Jornal "humorístico, literário e noticioso". Publicado inicialmente nas oficinas do "A Opinião do Norte" e depois amparado pelos premonstatenses (Quinzenal).
1906	A Veneta	Com curta duração, era impresso nas oficinas do "A Opinião do Norte" (Quinzenal).
1908 a 1909/44 números	Opinião do Norte	Quase uma continuação do "A Opinião do Norte" (Bissemal).
1907 a 1917/430 números	A Verdade	Publicação sobre a direção e redação dos cônegos premonstatenses belgas (Semanal).
1910/2 números	O Petiz	Órgão "crítico e noticioso" (Mensal).
1914	O Sol	Impresso na tipografia do "A Verdade" (Semanal).
1916 (125 números)	Montes Claros	Tem como fundador e redator o farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira
1916	O Binóculo	Teve pouca duração (Quinzenário).
1916	O Bisturi	Teve pouca duração (Quinzenário).
1916	Boletim Parochial	Durou pouco mais de um ano. Era o órgão oficial da Paróquia.
1918 – atual	Gazeta do Norte	Impresso em oficinas próprias (Inicialmente semanal).
1919	A Braza	Periódico humorístico e literário. Durou pouco meses.
1919	O Gêlo	Periódico humorístico e literário. Durou pouco meses.
1921 (22 números)	Formigas	Quinzenário impresso nas oficinas do "Montes Claros".
1921 (26 números)	A Liga	Órgão da Liga Patriótica Norte -mineira. Impresso nas oficinas do "Montes Claros". Tinha como finalidade combater o alcoolismo, o analfabetismo e as doenças tropicais.
1922	O Indiscreto	Jornal humorístico de direção anônima.
1922	A Ordem	Órgão do Partido Republicano.
1923	Cansação	Periódico humorístico.
1926	Tró-ló-ló	Quinzenário humorístico.

Fonte: VIANNA, N., 2007.

Os 28 títulos apresentados no QUADRO puderam ser identificados em obras de memorialistas da região. Entretanto, boa parte desses periódicos não são mais encontrados em arquivos públicos ou coleções particulares. Nesta investigação, foram pesquisados os quatro títulos que tiveram maior circulação no período em estudo e os únicos existentes e disponibilizados para consulta no arquivo histórico da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional - DPDOR da Universidade Estadual de Montes Claros: *Correio do Norte*, primeiro jornal da cidade, *A Verdade*, publicação que durante mais de uma década divulgou o trabalho dos padres premonstatenses, *Montes Claros* (fundado em 1916) e *Gazeta do Norte*. Estes quatro títulos destacam-se também pelo fato de terem possuído tipografia própria, o que provocou a influência direta destes na produção de outros jornais e revistas que eram impressos em suas sedes.

Correio do Norte

Primeiro jornal publicado em Montes Claros, o *Correio do Norte* foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1884. Teve quase sete anos de atividade sendo extinto em 1891. Órgão político do Partido Conservador, o periódico circulava aos domingos e possuía tipografia própria. Era de propriedade de Antônio Augusto Velloso e tinha como editor Antônio Pereira dos Anjos.

Antônio Augusto Velloso nasceu em Montes Claros, estudou Humanidades em Diamantina e Direito em São Paulo onde também foi professor da Escola América (futuro Instituto Mackenzie). Voltou para Montes Claros em 1880 e, após filiar-se ao Partido Conservador, foi Deputado da Assembléia Provincial. Com o advento da República, foi Senador, Juiz de Direito em Diamantina, Ouro Preto e Belo Horizonte, onde foi promovido a Desembargador. Velloso é considerado o fundador da imprensa no Norte de Minas Gerais, pois trouxe para a região material tipográfico para fundar o primeiro jornal da região (VIANNA, N., 2007, p. 96-97, v. 2).

Antônio Pereira dos Anjos foi convidado por Velloso para ser redator do *Correio do Norte*. Também foi comerciante, professor e fazendeiro². Entre 1923 e 1926, esteve à frente do poder municipal, ocupando o cargo de Presidente da Câmara e Agente Executivo (VIANNA, N., 2007, p. 157-158, v. 2).

² O redator é também pai do memorialista Cyro dos Anjos.

A Verdade

Dirigido e redigido pelos cónegos premonstratenses belgas³, o periódico A Verdade foi inaugurado no dia 1º de maio de 1907. Possuía tipografia própria e funcionou por mais de 10 anos. Durante esse período, promoveu diversas campanhas, com destaque para a criação do Bispado na cidade. Apesar de oficialmente não possuir orientação partidária foi redigido entre os anos de 1911 e 1912 pelo deputado Camilo Philinto Prates, um dos principais representantes no norte de Minas Gerais do Partido Liberal (durante o Império) e de uma ala do Partido Republicano Mineiro.

A adoção de um jornal como meio de evangelização fundamenta-se nas idéias do movimento ultramontano. No início do século XX, a parte do clero católico tida como a mais conservadora assumiu o controle da Cúria Romana, passando a atuar no combate às teorias da modernidade, como o Iluminismo e o Liberalismo.

O fortalecimento do clero ultramontano permitiu-lhe assumir o poder interno à Igreja e impor essa sua visão como válida para todo orbe católico. Ancorados na ideia de ser a Igreja portadora da **Verdade**, desde sempre estabelecida e claramente definida no Concílio de Trento, os ultramontanos julgaram que a salvação da sociedade em geral e do homem individualmente dependia da recristianização do mundo, tarefa, portanto, da exclusiva competência da Igreja (grifo meu) (MANOEL, 1996, p. 42).

Oportunamente, um dos principais meios utilizados para propagar os conceitos religiosos dos premonstratenses em Montes Claros foi o jornal **A Verdade**. Em seu primeiro número, publicado em 1º de maio de 1907, em texto da página inicial intitulado de “O nosso ideal”, o redator afirma que o jornal é instrumento importante, pois a vida moderna afasta muitos homens da “audição do Verbo de Deus”.

Neste texto, espécie de editorial do primeiro número do jornal, já percebemos claramente os ideais do movimento ultramontano, ou seja, o combate àquilo que a modernidade teria trazido de ruim para a sociedade, os chamados “erros modernos”.

A criação de um jornal para divulgação de preceitos tidos como adequados, insere-se na estratégia da atuação sobre a imprensa periódica. Ocupar este espaço era uma linha de ação política importante para a Igreja católica, pois no mundo moderno a Cúria Romana via a imprensa livre como um dos maiores males da sociedade.

³ Os premonstratenses foram religiosos belgas que chegaram a Montes Claros a partir de 1903 mediante convite do Papa Leão XIII feito à Ordem de São Norberto em 1894, em virtude da preocupação do Papa com a penúria do clero no país. Chegaram primeiro a São Paulo e posteriormente a Mariana. Em 1902, abriu-se a perspectiva de um novo campo apostólico, o norte de Minas Gerais, que possuía cerca de 40 paróquias sem pastores. Montes Claros foi a primeira cidade do norte de Minas Gerais a receber os missionários.

Ao tratar dos erros perigosos para a própria existência da sociedade humana, o Papa Gregório XVI (1831-1846) apresenta como principal causa para tais erros a “monstruosidade da liberdade de imprensa”.

[...] horroriza-nos o considerar que doutrinas monstruosas, que um sem-número de erros nos assediam, disseminando-se por todas as partes, em inumeráveis livros, folhetos e artigos, que, se insignificantes por sua extensão, não o são certamente pela malícia que encerram, e deles provém a maldição que com pesar vemos espalhar-se por toda a terra (GREGÓRIO XVI, 1947 citado por MANOEL, 1996, p. 43).

Diante desse quadro, era urgente que missionários católicos assumissem a tarefa de fazer bom uso da imprensa, pois os “inimigos da igreja” habilmente já utilizavam de tais instrumentos. Nesta lógica, o jornal *A Verdade* atribuiu-se o adjetivo de “luz da publicidade”.

É incontestável que em nossos dias a boa imprensa se torna uma verdadeira necessidade, porque um sem numero de folhas más e impias engana o povo, e em vez de lhe repartir o pão da doutrina, propina-lhe o veneno mortífero do erro da falsidade e da mentira. Podeis edificar Egrejas, pregar missões, abrir escolas, e fazer todas as mais obras de propaganda, si ao mesmo tempo não souberdes manejar a grande arma da boa imprensa, arma com que deveis defender o sagrado deposito de vossa fé, e ao mesmo tempo parar os golpes da impiedade moderna – os vossos esforços serão vãos, e um dia cairão por terra sem menor resultado (*A VERDADE*, 23 de maio de 1908, ano I, n. 50, p. 1).

A “boa imprensa” desenvolvida pelos premonstratenses caracterizava-se como instrumento de oposição ao Estado que se tornara laico. Segundo Penna (2008), num primeiro momento, a Igreja Católica contrariou os detentores do poder político no Brasil em reação ao caráter laico que a nova ordem impôs ao país. Nesse sentido, o jornal católico adotou a posição de oposição à ordem, “com as características evidentemente inerentes aos que jamais se bateram frontalmente contra as instituições, mas que num dado instante fizeram a vez de oposição ao regime vigente” (PENNA, 2008, p. 6).

O dia santo entre nós

Acha-se em plena execução a reforma da legislação do ensino primário em nosso Estado [...] que reorganiza satisfatoriamente este importante ramo do serviço público. Devemos, porem, reclamar sobre um ponto [...]. Manda, implicitamente, o novo regulamento da instrução publica - que a escola funcione nos dias santificados: é um golpe vibrado nos preceitos da santa religião que professamos [...]. Guardar o domingo e os dias santos é questão sobre que só o poder eclesiástico pode legislar [...] Esses choques que infelizmente vão aparecendo entre a Egreja e o Estado fazem desaparecer o equilíbrio social, e d’ahi tristes conseqüências (*A VERDADE*, 11 de maio de 1907, ano I, n. 2, p. 1).

A manutenção do respeito aos dias “santos” era apenas um dos temas que compuseram o prélio dos religiosos contra o Estado. Apesar de muitas batalhas não terem sido vencidas pelos católicos (a neutralidade do ensino, por exemplo, foi mantida), a ação dos religiosos católicos ocupou grande proeminência na educação da população em tempos de atração e repulsa aos preceitos da modernização.

Montes Claros

O jornal Montes Claros tinha como redator e proprietário, durante quase toda a sua existência, o farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira. Surgiu em 1916 e, em seu programa, assumia o compromisso de “bem servir à causa do município que traz o nome, tratando de sua administração, dos moldes em que devia basear-se, dos requisitos de administrador, bem como de agitar as questões palpitantes da lavoura, da pecuária, do comércio, das grandes e pequenas indústrias” (VIANNA, N., 2007, p. 240, v. 1).

A existência desse periódico pode ser dividida em três fases: a primeira durou até fevereiro de 1918; a segunda, sob a direção de uma sociedade, durou de julho de 1918 a dezembro de 1920; em sua terceira fase, de curta duração, passou a ser órgão do Partido Republicano Mineiro – PRM. Durante toda a sua existência serviu aos interesses do grupo político da cidade ligado aos médicos Honorato Alves e João Alves.

Antônio Ferreira de Oliveira, fundador e primeiro redator do jornal, era diplomado em Farmácia pela Escola de Ouro Preto. Chegou a Montes Claros em 1912 para estabelecer uma farmácia e exerceu também o cargo de vereador (VIANNA, N., 2007, p. 623-624, v. 2).

Gazeta do Norte

Impresso em tipografia própria, o Gazeta do Norte teve seu primeiro número publicado em 06 de julho de 1918. Foi fundado pelo Dr. José Tomás de Oliveira, pernambucano que se mudou para Montes Claros no final do século XIX. Teve atuação política destacada, chegando a ser atacado e destruído mais de uma vez por opositores.

De acordo com Lessa (1993, p. 173), desde o início de sua publicação, este jornal “já continha as modernas características dos jornais das grandes cidades: fotos, charges, anúncios com desenhos, a novela com folhetim”.

José Tomás de Oliveira nasceu em Recife, onde diplomou-se pela Faculdade de Direito. Residiu em Montes Claros, inicialmente, entre os anos de 1905 e 1908,

quando foi Juiz Municipal e dirigiu o periódico “A Opinião do Norte”. Após residir em outros municípios, voltou para Montes Claros em 1917 para assumir o cargo de Delegado de Polícia. Para dedicar-se à advocacia e ao jornalismo pediu exoneração do cargo (VIANNA, N., 2007, p. 545, v. 2).

Três dos quatro jornais analisados (excetua-se o periódico religioso A Verdade⁴) são de propriedade ou têm como seu redator principal um bacharel. Esse fato, muito mais do que uma coincidência, ilustra a importância social daquele que buscava esse tipo de formação acadêmica.

Adorno (1988), ao analisar o bacharelismo na política brasileira do Império e início da República com foco na Faculdade de Direito de São Paulo, afirma que a formação desse profissional liberal ultrapassou as aulas nos institutos acadêmicos e foi composta também pelo jornalismo literário e político. Inúmeros acadêmicos envolveram-se com atividades da imprensa escrita para discutir aspectos das lutas internas das academias.

O envolvimento com a imprensa durante a academia e o ideário de dirigir a sociedade que esses profissionais vão assumir sugere como consequência o fato de muitos bacharéis terem se tornado jornalistas. Tal fato é reproduzido na realidade montesclarenses, através do jornal Correio do Norte, de propriedade do bacharel em direito Antônio Augusto Velloso, do jornal Montes Claros, de propriedade e redação do farmacêutico Antônio Ferreira de Oliveira, e do jornal Gazeta do Norte, de propriedade e redação do bacharel em direito José Tomás de Oliveira.

Vieira (2007) afirma que os intelectuais brasileiros do início do século XX, de uma forma geral, habitualmente envolviam-se com questões públicas, atuando como líderes das causas da nação. Tais indivíduos, neste ínterim, pregaram a centralidade do tema educação no projeto de modernidade brasileiro. Esta crença culminou com o amplo engajamento de intelectuais em duas profissões determinantes para a educação da população: o magistério e o jornalismo.

Outro aspecto dos proprietários e redatores dos jornais a ser destacado é o comum vínculo à classe de grandes proprietários rurais. Dessa forma, a adoção de preceitos progressistas que poderiam estar presentes no mundo acadêmico, pode ter sido limitada pelos estreitos laços que uniam esses bacharéis ao conservadorismo do mundo rural. Para Adorno (1988, p. 159), ainda no período Imperial, “as ligações

⁴ Apesar do redator do jornal A Verdade ter sido, durante a maior parte de sua existência, o Cônego Carlos Vincart, formado em Filosofia e Ciências pela Universidade de Louvain, por ser belga e ter chegado a Montes Claros apenas em 1903 em missão religiosa, ele não se enquadra na cultura bacharelesca brasileira que justificou o exercício do poder por esses profissionais.

dos bacharéis com os interesses agrários [...] não foram desprezíveis, haja vista que não poucos bacharéis provinham do campo e dos estratos sociais economicamente privilegiados e politicamente associados ao mandonismo local”.

Sobre o vínculo entre bacharéis e proprietários rurais, interessa-nos a realidade desses profissionais de Montes Claros ligados à imprensa periódica. Antônio Augusto Velloso (jornal *Correio do Norte*) era filho de Gregório José Velloso, proprietário da fazenda Quebradas. Era casado com Elisa Versiani, filha do Dr. Carlos Versiani, que também possuía forte relação com o mundo rural, pois seu avô, Pedro José Versiani, era fazendeiro. Já Antônio Ferreira de Oliveira (jornal *Montes Claros*) possuía ligação com os proprietários rurais pelo menos através da família de sua esposa⁵, Cândida Peres de Oliveira. Esta, era filha do fazendeiro Francisco Peres de Sousa.

A exceção pode ter ficado por conta de José Tomas de Oliveira⁶ (jornal *Gazeta do Norte*), já que não foi identificada nenhuma ligação dele com a economia agrícola. Era casado com Aura Sarmiento de Oliveira, cuja família possuía tradição no desempenho de atividades comerciais. Seus dois filhos, Ari de Oliveira e Jair de Oliveira também foram jornalistas.

Não se pode simplificar a análise da atuação desses bacharéis (e de seus jornais) direcionando-a somente para sua ligação ou não com o ambiente agrário. Entretanto, é importante levar isso em consideração, pois, devido aos laços familiares, é plausível a presença em suas atividades de interesses da tradicional classe que dominava a política local (grandes produtores rurais).

Além de difundir modelos de comportamento avaliados como corretos, fossem eles com características modernas ou tradicionais, é relevante salientar que os jornais *Gazeta do Norte*, *Montes Claros* e até o periódico religioso *A Verdade* refletiram as disputas políticas locais⁷.

Essa divisão trouxe com frequência o debate e a troca de acusações entre redatores e colaboradores dos periódicos. Em 05 de abril de 1919, por exemplo a matéria publicada no *Jornal Montes Claros* acusava o jornal *Gazeta do Norte* de estar descumprindo o seu programa por fazer campanha aberta para Ruy Barbosa,

⁵ Como a família de Antônio Ferreira de Oliveira era de Conceição do Serro, atual município de Conceição do Mato Dentro, não foi possível identificar se sua família era produtora rural.

⁶ Nascido em Recife/PE, não foram encontrados dados sobre a ocupação profissional de seus pais.

⁷ Apesar do jornal *Correio do Norte* também possuir cunho político, pois estava a serviço do Partido Conservador, como o outro grupo político da época, os liberais, não detinham de um periódico para propagar suas idéias, não houve intenso debate entre esses grupos através da imprensa periódica de Montes Claros durante o século XIX.

então candidato a presidência da República. Isso, porque, em seu editorial inicial, o jornal afirmava que era apartidário, não se vinculando a nenhum grupo político específico.

Já o jornal A Verdade também foi acusado pelo Montes Claros de caracterizar-se como uma folha política, apesar de apresentar uma proposta religiosa. Em seu cabeçalho estava inscrito os dizeres: “Semanario religioso, científico, litterario e noticioso, da freguezia de Montes Claros”.

[...] Uma outra cousa que faz mossa na mente e que ficou provado evidentemente é que “A Verdade” é simplesmente uma folha politica, pois que foi ella propria, pelo seu redactor ou gerente ou cousa que o valha, que protestou contra minha referencia. E assim sendo era bem que a auctoridade ecclesiastica mandasse riscar de seu cabeçalho os dizeres que lá estão e substituil-os por estes: “Semanario Politico e sobre tudo incensador” [...] (MONTES CLAROS, 14 de junho de 1917, ano II, n.56, p. 2).

Em que pese as desavenças políticas entre os jornais, a percepção da imprensa escrita como uma importante ferramenta educacional é partilhada pelos redatores. Membros da elite, possuidores de rara instrução para a época, eles assumem o papel em suas atividades de formação e transformação da sociedade.

Quando se fala em educação e imprensa como canais dirigidos ao “povo” (compreendido aqui como carente de conhecimento ou entendimento), não é difícil verificar quem são os educadores e redatores. Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República das Letras, os letrados, os esclarecidos, ou seja, a opinião apontava como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava à propagação das Luzes do progresso e da civilização – e, por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação (MOREL; BARROS, 2003, p. 29).

Provavelmente foi a crença no poder da palavra escrita que levou às diversas iniciativas de produção de periódicos no norte de Minas Gerais, apesar das significativas dificuldades enfrentadas nesse processo. É comum, como ilustração aos problemas encarados, ler nos jornais da época justificativa para a descontinuidade na impressão dos números relacionada à falta de papel, ou a explicação da não entrega do jornal em outra localidade pela insuficiência de selos ou pelo fato de o serviço de correio não estar funcionando. Mesmo assim, conforme indicado em quadro anterior, 28 títulos foram publicados em Montes Claros entre os anos de 1889 e 1926, reflexo da fé nos efeitos da divulgação de textos.

O crédito atribuído ao poder da imprensa escrita está presente em textos dos periódicos analisados. O editorial do primeiro número do jornal A Verdade trata

disso, ao afirmar:

A imprensa hoje é quase a única válvula da necessária expansão dos sentimentos. A imprensa é também a tribuna popular, cadeira de ensino, arauto do progresso, norte e bússola na rota que segue a humanidade em busca e alcance de seus destinos immortaes [...]. Com effeito, as circunstancias da sociedade moderna affastam boa parte dos homens da audição do verbo de Deus: - é preciso que o jornal va levar ao tugurio do pobre, às águas furtadas, à officina do operário, aos salões e alcovas do rico, ao armazém do negociante, ao gabinete do sabio... o pabulo do espírito, que a esses, como a outros muitos logares não o podem levar os ministros de Deus [...]. Se São Paulo, o Apostolo das Gentes, voltasse ao mundo hoje elle se faria jornalista [...]. É com esse programma claro e lealmente definido que apparece hoje a luz da publicidade (A VERDADE, 1º. de Maio de 1907, ano I, n. 1, p. 1).

No editorial da folha religiosa, chama a atenção também a dicotomia existente no desenvolvimento da sociedade: é necessária a busca do progresso, mas tal busca pode desviar o homem do caminho correto. O combate aos perigos da vida moderna é a marca da ação dos premonstatenses e, desta forma, é constituída também pela valorização da “boa imprensa”.

Affirmamos porem que serão incompletos todos os nossos esforços, inefficazes todas as nossas diligencias sem o bom jornal. – O bom jornal actua quotidianamente com força sobre os espiritos, no meio familiar, sobre todas as edades e condições sociaes. Affirmamos que aos costumados meios de evangelisação cumpre accrescentar a boa imprensa [...]. O homem inimigo, o maçon, o politiqueiro, o livre pensador trabalharam sem nós e contra nós, lançando o joio muito mais activamente do que nós a boa semente (A VERDADE, 11 de Maio de 1907, ano I, n. 2, p. 3).

Indiferentes aos ideais religiosos do movimento ultramontano, os jornais Montes Claros e Gazeta do Norte identificavam suas atividades como importantes propulsores do progresso da cidade. Com foco nos inúmeros problemas que a região enfrenta, afirmam que suas tarefas visavam, sobretudo, a evolução da sociedade e, por isso, exprimiam feições patrióticas.

Despertar energias novas, determinar o apparecimento de iniciativas fecundas, favorecer o surto do nosso progresso, impulsional-o convenientemente, encaminhar a solução dos multiplos problemas vitaes, que nos assoberbam – eis um atarefa sem duvida seductora e nobilissima tanto quanto gigantesca e patriotica. Tudo isso cabe na alçada do novo jornal (MONTES CLAROS, 11 de Maio de 1916, ano I, n. 1, p. 1).

[...] Plantar essa semente benedicta aos logares que necessitam de evolução e de progresso é um acto patriotico e digno de applausos de todos aquelles que desejam o bem estar do Paiz em que vivem [...]. Não estando ligados a interesses e nem a partidos politicos não esperando o bafejo official, por subvenções ou

recompensas de qualquer natureza, contaremos unicamente com o auxílio popular [...] (GAZETA DO NORTE, 06 de Julho de 1918, ano I, n. 1, p. 1).

Nos trechos reproduzidos, é possível perceber a atribuição de um papel extraordinário à imprensa escrita, como se sem a sua presença a sociedade estivesse condenada ao atraso e à ignorância. Para Pallares-Burke (1998, p. 147), “tal função insubstituível da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de escola pública, que, caso existentes, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente”.

No que diz respeito à educação formal, para a cidade de Montes Claros, o início da República caracterizou-se pela ampliação de oferta do ensino por instituições escolares. Destacou-se, nesse processo a instalação do Grupo Escolar Gonçalves Chaves em 1909, no contexto das reformas educacionais no estado de Minas Gerais que buscaram a criação de um novo espaço escolar.⁸ Entretanto, é evidente que se continuava “educando” uma parcela restrita da população pela via do ensino formal e que a ação de outros mecanismos era primordial. Nessa lógica, a imprensa periódica poderia contribuir para a tarefa.

A adoção de um estilo mais cultural do que noticioso pela imprensa brasileira para a época, fato já apontado anteriormente, reforça a dimensão formadora dos periódicos. Uma das características conseqüentes dessa dimensão foi a publicação de obras literárias nos jornais. Com isso, o leitor acessaria um tipo de literatura tida como erudita e ainda pouco difundida entre a população. Para Morel e Barros (2003), a publicação de trechos de uma narrativa fatiada (obra publicada em pedaços), também contribuiu para o aumento nas tiragens dos periódicos, pois instigava a curiosidade do leitor.

O jornal Correio do Norte adotou este tipo de estratégia em seus números. Na leitura de exemplares do ano de 1890, por exemplo, é encontrado na parte inferior da primeira página, em uma seção denominada “folhetim”, a publicação sucessiva de trechos da obra *O Irmão do Espírito Livre*, romance histórico do escritor alemão Henrique Zschokke. Já no jornal Gazeta do Norte, como outro exemplo, foram publicados textos literários em uma seção denominada “literatura”, inserida na segunda ou terceira página do jornal. Diferentemente do caso anterior, nesta foram publicados textos completos e não uma obra (como um romance) em partes.

⁸ Ver: FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república*. Passo Fundo: UPF, 1996 e DURÃES, Sarah Jane (Org.). *A escola como lugar - grupos escolares no Norte de Minas Gerais (1906-1937)*. Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

Os textos literários publicados nos jornais da época eram contribuições de homens das letras da cidade. No jornal *Correio do Norte*, que inclusive chegou a ter uma seção literária independente, Oliva (2009, p. 11) identificou, em 7 anos de publicações semanais, poemas, crônicas, contos e folhetins, entre outros gêneros. Para o autor, os escritores montesclarenses relacionavam-se com a literatura das capitais e de outras nacionalidades (franceses, alemães, portugueses e ingleses), “pois muitos deles são referidos nos poemas e alguns trechos servem mesmo de epígrafe para certos autores”.

A opção pela adoção de uma vertente mais cultural do que informativa reforçou o papel da literatura nos jornais da época. No caso do jornal *Correio do Norte*, o próprio editorial do primeiro número evidenciava isso, ao afirmar que “a seção literária, que será ao mesmo tempo instrutiva – procurando unir o útil ao agradável – conterà variedades – literatura amena, lendas e poesia, originais e traduzidas” (CORREIO DO NORTE, 24 de fevereiro de 1884, ano I, n. 1, p. 1).

A educação da população era uma tarefa que a imprensa dividia com outras agências formadoras, sejam aquelas criadas para esta função, como a escola, ou aquelas reconhecidas como portadoras de potencial formador, como o teatro e o cinema. Segundo Pallares-Burke (1998), no combate à ignorância e ao atraso social, os periódicos acabaram associando-se às agências que poderiam contribuir para a educação da população.

Em Montes Claros, essa associação ocorreu de diversas formas. Entre a imprensa e a escola, podemos percebê-la nas campanhas que objetivavam conscientizar os pais da importância da matrícula de seus filhos nas instituições de ensino, na publicação constante nos jornais de eventos realizados pelas escolas e de outras informações, como data do início das aulas, relação de alunos aprovados, menção aos alunos de se destacaram durante o ano, entre outros.

Veloso (2008) afirma que o jornal *Gazeta do Norte* possuía uma missão “desalfabetizadora” e que este órgão, a partir da associação a uma importante instituição de ensino da época, a Escola Normal, produziu modificações significativas em seu empreendimento educativo. Segundo a autora, o jornal assumiu para si um conjunto de encargos que perfaziam o projeto de modernização da sociedade e que passava, necessariamente, pela instrução da população que deveria mudar de mentalidade e comportamento.

No Brasil republicano, a educação apresentou-se como alternativa de solução para uma série de problemas sociais, econômicos, políticos. Vinculada à idéia de progresso e civilização, a educação constituiu-se como dispositivo capaz de preparar, tanto as elites como as populações iletradas, para o trabalho de transformação da realidade e a construção da nação brasileira. E nesse contexto,

a imprensa brasileira encontrou espaço e condições para sua consolidação como empresa educativa. O empreendimento de educar a população e imprimir-lhe uma nova mentalidade não era tributado apenas à escola, mas a todas as instituições sociais, como a família e a igreja, nelas incluindo a literatura, o teatro, o cinema, as revistas e os jornais (VELOSO, 2008, p. 40).

Dentre as estratégias adotadas para educar a população de Montes Claros para os desafios da vida moderna, destacou-se, a partir de 1918, a realização de diversas conferências educativas e médicas nas instalações da Escola Normal. Tais conferências tiveram ampla cobertura da imprensa periódica da época (jornal Montes Claros e jornal Gazeta do Norte) que as divulgavam e, na maioria das vezes, reproduziam o conteúdo explanado.

Nas conferências realizadas em Montes Claros, foram apontados os defeitos da educação doméstica, pois os pais não possuíam conhecimentos médico-higiênicos, e não educavam segundo diretrizes comuns. Tais eventos, centrados inicialmente em questões higiênicas, passaram, com o tempo, a se direcionar sobretudo para temas pedagógicos (VELOSO, 1998).

No período abordado por esta investigação, as fontes pesquisadas noticiam a ocorrência de sete conferências, cujos temas foram: “Defeitos da educação doméstica”, “Malária”, “Moléstia de Chagas”, “Ankilostomíase”, “Sífilis”, “Higiene”, “Saneamento moral” e uma sétima conferência cujo tema não pode ser aferido.

As notícias publicadas e a profissão dos redatores dos jornais são características que incrementam a análise dessas fontes e permitem a identificação de indícios para problematizar o poder desses veículos na sociedade. No conjunto, essas informações corroboram para o argumento de que a imprensa periódica foi instrumento privilegiado para provocar ou combater transformações sociais inclusive pela educação da população influenciada pelos periódicos.

Considerações Finais

A análise das fontes consultadas permite afirmar que a imprensa periódica impressa foi um instrumento privilegiado para educar a população de Montes Claros nas primeiras décadas do período republicano. Sua ação estendeu-se para além de uma reduzida elite alfabetizada, visto que a população em geral relacionava-se com os jornais de diversas maneiras.

Mesmo propagando preceitos de uma vida moderna os jornais também demonstraram vinculação com aspectos conservadores da sociedade, pois os bacharéis que estavam à frente das folhas, via de regra possuíam forte relação

com a elite tradicional da cidade formada no desenvolvimento da economia agropecuarista.

Outra peculiaridade local também esteve expressa nos periódicos: a intensa disputa política travada por dois grupos locais. Assim, os jornais reproduziram a dinâmica da bipolarização da sociedade local e também foram instrumentos amplamente utilizados na afirmação de grupos políticos.

Fontes

Jornal Correio do Norte

Jornal A Verdade

Jornal Montes Claros

Jornal Gazeta do Norte

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Montes Claros, Unimontes, 2007.

GRAÇA, Ruth Tupinambá. *Montes Claros era assim....* Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007 (2 volumes).

Referências

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRITO, Gy Reis Gomes. *Montes Claros: da construção ao progresso – 1917-1926*. Montes Claros: Unimontes, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO (*et al*). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 9-46.

GRAFF, Harvey. O mito do alfabetismo. *Teoria & Educação*, n.2, p.30-64, 1990.

LESSA, Simone Narciso. *Trem de ferro: do cosmopolitano ao sertão*, 1993. 2525. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVA, Osmar Pereira. Literatura Oitocentista Montes-clarense: escrita, memórias e leituras. *Barandina* - Revista Eletrônica, Juiz de Fora, p. 1-12, maio de 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 103, p. 144-161, jul. 1998.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O avesso do poder: a história republicana através da imprensa oposicionista*. Rio de Janeiro: Publit, 2008.

PERIOTTO, Marcília Rosa. O papel da imprensa no processo de construção da nação: a “vocação pedagógica” do Correio Braziliense. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.16, p. 61-83, dez. 2004.

VELOSO, Geisa Magela. *A missão “desanalfabetizadora” do jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros (1918-1938)*. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo do relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.